



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

PAULO ATILA ALVES LACERDA

**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
NO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-
CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

PAULO ATILA ALVES LACERDA

**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
NO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-
CE**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. M.a Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza

JUAZEIRO DO NORTE – CE

2015

L131r Lacerda, Paulo Atila Alves.

O papel do bibliotecário no processo de gestão da informação no 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-CE / Paulo Atila Alves Lacerda.

50 f.

Orientador: Profª. M.a Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza
Cópia do computador (printout)
Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Cariri, Curso de Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2015.

1. Estratégia e uso da informação. 2. Gestão da informação. 3. Informação na segurança pública. I. Souza, Irma. II. Universidade Federal do Cariri. IV. Título.

CDD: 026

Para citar este documento:

LACERDA, Paulo Atila Alves. **O papel do bibliotecário no processo de gestão da informação no 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-CE.** 2015. 50f. TCC (Graduação)- Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2015.

PAULO ATILA ALVES LACERDA

**O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
NO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-
CE**

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profª. M.a Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª. M.a Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza
Orientadora – UFCA

Prof. M.e Alexandre Pereira de Souza
Examinador – UFCA

Profª. M.a Fabiana Aparecida Lazzarim
Examinadora – UFCA

Ao meu pai ANTÃO FURTADO (In memorian), a minha mãe TEREZINHA, a minha esposa SAMARA e minha pequena princesa: LETÍCIA.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me dado forças para superar os momentos de dificuldades.

Aos meus pais Antão Furtado de Lacerda (*In memorian*) e a minha mãe Terezinha Duarte Alves Lacerda pelo amor e dedicação...

A minha esposa Samara Matias da Silva pelo apoio e incentivo nas horas mais difíceis, principalmente quando me batia o desanimo e o cansaço.

Aos meus irmãos Ana Célia, Aila Maria, Ailton, Carlos (*in memorian*), Edivânia, Jader, Kátia, Marcos Antônio e Marta pela paciência e incentivo para que eu chegasse até aqui.

Aos parentes e amigos.

A minha orientadora Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza pela dedicação e paciência.

Aos professores Alexandre Pereira de Souza e Fabiana Aparecida Lazzarim por aceitarem participar da banca examinadora.

A todos os policiais que fazem parte do 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-CE, pela disponibilidade e contribuições para a realização desta pesquisa.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigado a todos!

“Não seremos limitados pela informação que temos. Seremos limitados por nossa habilidade de processar esta informação”. (Peter Drucker)

RESUMO

A informação concomitantemente com recursos tecnológicos é fundamental para qualquer organização, principalmente no seu funcionamento tático, estratégico e operacional. Todavia, a garantia do acesso de forma ágil à informação pode apresentar-se um desafio. Nesse contexto, o presente estudo visa discutir acerca do papel do bibliotecário na gestão da informação no 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-Ce, bem como identificar e descrever como é realizada a Gestão da Informação nas atividades desenvolvidas pelo 2BPM, analisando-se assim, a possibilidade de atuação do profissional bibliotecário dentro desse órgão público. Sendo assim, a metodologia utilizada caracteriza a pesquisa como exploratória, com abordagem de cunho qualitativo, tendo como técnica de pesquisa para a coleta de dados a aplicação de entrevista semi estruturada no órgão supracitado. Portanto, esta pesquisa vem a corroborar nas discussões no que tange a gestão da informação, bem como este estudo poderá contribuir para a literatura da área no que refere-se ao gerenciamento dos documentos utilizados e produzidos pelo 2º Batalhão da Polícia Militar da Cidade de Juazeiro do Norte/CE.

Palavras-chave: Gestão da informação. Papel do bibliotecário. Estratégia e uso da informação. Informação na segurança pública.

ABSTRACT

The information concurrently with technological resources is critical to any organization, particularly in its tactical, strategic and operational performance. However, ensuring access and expeditiously to information can present a challenge. In this context, this study aims to discuss about the librarian's role in the management of information on the 2nd Military Police Battalion of the city of Juazeiro do Norte-Ce, and to identify and describe as performed Information Management in the activities developed by 2BPM, analyzing thus the possibility of the librarian professional practice within this public body. Thus, the methodology is characterized as exploratory research, with qualitative matrix approach, taking as a research technique for data collection application of semi structured interviews in the aforementioned organ. Therefore, this research further supports the discussions regarding the management of information, and this study contributes to the literature of the area in which refers to the management of used documents and produced by the 2nd Battalion of the Military Police of the City of Juazeiro do Norte-CE.

Keywords: Information management. Librarian role. Strategy and use of information. Information on public safety.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Entrada do arquivo do 2BPM	49
Quadro 02	Arquivos do 2BPM	49

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2 BPM	2º Batalhão da Polícia Militar
AO	Atestado de Origem
ART	Artigo
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CE	Ceará
ED	Edição
FCC	Faculdade de Filosofia e Ciências
GC	Gestão do Conhecimento
ICO	Inteligência Competitiva Organizacional
IPM	Inquérito Policial Militar
IT	Inquérito Teórico
LOB/PMCE	Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Ceará
NEJ	Novos Estudos Jurídicos
PM	Polícia Militar
REV	Revista
SF	Sindicância Formal
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SS	Solução de Sindicância
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
TI	Tecnologia da Informação
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VOL	Volume

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	JUSTIFICATIVA.....	14
1.2	PROBLEMÁTICA.....	15
2	OBJETIVOS.....	16
2.1	OBJETIVO GERAL.....	16
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3	MARCO TEÓRICO.....	17
3.1	BREVE HISTÓRICO ACERCA DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL.....	17
3.2	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
3.2.1	Estratégias de Gestão da Informação na otimização do uso da informação.....	23
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
4.2	DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA.....	28
4.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40
	APÊNDICE.....	44
	ANEXOS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a base ou matéria-prima para qualquer organização ou empresa é a informação, cuja possibilita que diferentes setores possam interagir, bem como permite um diagnóstico mais amplo para os seus gestores.

Dessa maneira, a informação concomitantemente com recursos tecnológicos é fundamental para qualquer organização, principalmente no seu funcionamento tático, estratégico e operacional. Todavia, a garantia do acesso e de forma ágil à informação pode apresentar-se um desafio. Dessa maneira, a gestão documental torna-se de suma importância tanto para preservação como também para a difusão do conhecimento no que tange as informações das organizações, principalmente em termos de produção e destinação final dos documentos.

É dentro deste contexto que, o presente estudo visa discutir acerca do papel do bibliotecário na gestão da informação no 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-Ce, bem como identificar e descrever como é realizada a Gestão da Informação nas atividades desenvolvidas pelo 2BPM, analisando-se assim, a possibilidade de atuação do profissional bibliotecário dentro desse órgão público.

Sendo assim, o presente trabalho constitui-se por cinco capítulos, sendo que a primeira seção apresenta-se a justificativa, bem como a problemática do trabalho em questão.

A segunda seção tem-se os objetivos geral e específicos, os quais são essenciais para o norteamento da pesquisa.

A terceira seção discute-se a fundamentação teórica, apresentando-se um breve histórico acerca da polícia militar no Brasil, bem como uma abordagem sobre a importância da gestão da informação na segurança da informação, discutindo-se enfim acerca de estratégias de gestão da informação na otimização do uso da informação.

Na quarta seção descreve-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, pois trata-se de um estudo de campo de cunho exploratório-descritivo, tendo uma abordagem qualitativa e que teve como instrumento utilizado para a coleta de dados a aplicação de uma entrevista semi estruturada ao responsável pela Gestão dos arquivos no 2BPM da cidade de Juazeiro do Norte-Ce. Apresentando-se, assim, a análise dos dados que só foi possível a partir dos procedimentos

metodológicos, o tratamento dos dados consistiu na discussão dos resultados encontrados a partir da entrevista aplicada à luz do referencial teórico construído.

Finalizando, têm-se as considerações finais acerca da realização desta pesquisa.

1.1 JUSTIFICATIVA

A informação concomitantemente com recursos tecnológicos é fundamental para qualquer organização, principalmente no seu funcionamento tático, estratégico e operacional. Todavia, a garantia do acesso e de forma ágil à informação pode apresentar-se um desafio.

Nessa perspectiva, a justificativa do presente estudo deu-se a partir dos seguintes motivos:

- a) A relação do pesquisador com a Polícia Militar, na qual exerce a função de soldado há três anos e, enquanto policial militar percebeu-se a necessidade de verificar o processo de gestão da informação no arquivo do 2º BPM, tendo em vista, que enquanto usuário vivencia-se constantemente a dificuldades no acesso ao arquivo supracitado.
- b) A partir de levantamento de dados que mostram a baixa produção de trabalhos com relação ao tema proposto, principalmente voltadas para o 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte – Ceará.
- c) A relevância e sua função social que a Polícia Militar, como órgão da Segurança Pública representa para sociedade.
- d) A contribuição deste estudo para a literatura da área no que refere-se ao gerenciamento dos documentos utilizados e produzidos pelo 2º Batalhão da Polícia Militar da Cidade de Juazeiro do Norte/CE.

Em razão do que foi exposto, o presente trabalho alinha-se no propósito de contribuir para a problematização e o delineamento de perspectivas aos desafios colocados em termos de acesso a informação na área da segurança pública. E, acredita-se, que nesse contexto, a busca por uma gestão e organização de informações de qualidade e para todos tem se constituído em um desafio no que tange a implementação de políticas de organização para os órgãos que constituem a Segurança Pública, quer sejam a nível Federal, Estadual ou Municipal.

1.2 PROBLEMÁTICA

Toda instituição ou empresa possui como sustentação a informação e o conhecimento com valor agregado, os quais resultam no desempenho das atividades dos colaboradores que as constituem.

Nesse contexto, a Gestão do Conhecimento (GC) auxilia a organização a desenvolver suas atividades de forma estratégica, bem como auxiliando no processo de Inteligência Competitiva Organizacional (ICO), subsidiando assim, a geração de ideias, solução de problemas e na tomada de decisões. Contudo, as organizações que querem se firmar nessa nova sociedade, que há tempos se configura como “sociedade da informação” / “sociedade do conhecimento”, precisam enxergar os efeitos benéficos que a mudança organizacional com foco na “gestão do conhecimento” traz para os diversos segmentos que compõe a organização (SILVA, 2007, p. 01).

Pode-se dizer, então, que na gestão do conhecimento, o conhecimento de caráter individual deve ser compartilhado com intuito de gerar novos conhecimentos, e esses últimos possam subsidiar as atividades organizacionais. Sendo assim, a gestão do conhecimento é importante, porquanto possibilita às organizações conhecerem o que possuem em termos de informação e conhecimento, saberem o que é útil e o que pode ser descartado, além de criar uma dinâmica entre o tácito e o explícito, gerando um ambiente acessível e satisfatório para todos.

Neste sentido, posto que, a problemática relacionada com a gestão da informação ou do conhecimento possui várias possibilidades de investigação, sendo assim, formulam-se as indagações a serem respondidas neste estudo, isto é: Como é realizada a Gestão da Informação nas atividades desenvolvidas pelo 2BPM da cidade de Juazeiro do Norte- CE? E, como seria a atuação do profissional bibliotecário no gerenciamento das informações utilizadas e produzidas pelo 2BPM? Esses questionamentos são pertinentes, pois de alguma forma irão contribuir para literatura da área, bem como para o aprofundamento de estudos futuros acerca da temática em estudo.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral e os específicos que justificam a consecução da presente pesquisa nortearam os passos para que pudéssemos chegar a um resultado.

2.1 OBJETIVO GERAL

Discutir acerca do papel do bibliotecário na gestão da informação no 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-Ce.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Refletir acerca do histórico da Polícia Militar no Brasil;
- b) Identificar e descrever como é realizada a Gestão da Informação nas atividades desenvolvidas pelo 2BPM;
- c) Analisar a possibilidade de atuação do profissional bibliotecário dentro desse órgão público.

3 MARCO TEÓRICO

No âmbito acadêmico, mais especificamente na área da Biblioteconomia, o tema “polícia” tem sido considerado como objeto de estudo explorado de forma recente, de modo que, conforme levantamento bibliográfico pode-se perceber que até os anos 60 existia apenas uma história oficial ou até mesmo construída apenas pelos antigos oficiais. De fato, os movimentos sociais ocorridos na década de 60, contribuíram para aumentar a visibilidade do policial, o qual passou a ser foco de interesse dos acadêmicos.

A missão primordial da polícia é a manutenção da ordem pública, do bem-estar coletivo e do respeito às instituições ditas como indispensáveis para que o Estado cumpra seus objetivos. A função precípua da polícia é assim a vigilância à aplicabilidade das leis, ou seja, salvaguardar a aplicação das normas que nos organizam em sociedade, trabalho que deve ser pautado na proteção do bem-estar social ou do bem público (SALES; FERREIRA; NUNES, 2009, p 5).

Assim, a Polícia pode ser definida como a organização destinada a prevenir e reprimir delitos, garantindo assim a ordem pública, a liberdade e a segurança individual, tendo como fim a prática de todos os meios de ordem de segurança e de tranquilidade pública. A polícia é um meio de conservação para a sociedade. (MORAES, 1992, p. 24).

“A Polícia, em seu ideal de bem servir, deve ser tranquila na sua atuação, comedida nas suas ações, presente em todo lugar e sempre protetora, velando pelo progresso da sociedade, dos bons costumes, do bem-estar do povo e pela tranquilidade geral.” (DALBOSCO, 2007, p.26).

Nesse contexto, com intuito de possibilitar uma maior compreensão acerca da conjuntura atual da Polícia Militar, principalmente a Polícia Militar do Estado do Ceará, faz-se necessário apresentar um breve histórico acerca do surgimento dessa instituição no Brasil.

3.1 BREVE HISTÓRICO ACERCA DA POLÍCIA MILITAR NO BRASIL

De acordo com a literatura consultada, a história da Polícia no país se inicia há muito tempo atrás, ainda no período colonial, pelo fato de que nas análises da história social do crime ressalta-se de forma predominante uma profunda

demarcação entre o período colonial e o período pós-independência (tendo talvez um espaço de contato no chamado período joanino, 1808-1822), que dificulta análises de continuidade (BRETAS E ROSEMBERG, 2013, p. 167).

No Brasil, a polícia começou oficialmente no dia 10 de maio de 1808, bem como a sua divisão em militares e civis. Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, Dom João VI nomeou o desembargador, advogado e ouvidor da Corte, Paulo Fernandes de Viana, ao cargo de Intendente Geral de Polícia. Seria o que corresponde hoje às atribuições de um Prefeito com um Secretário de Segurança Pública. Sua missão incluía, além de policiar as ruas, aterrar pântanos, organizar o abastecimento de água, melhorar a iluminação pública, a coleta de lixo e o esgoto, construir estradas, pontes, praças e passeios públicos (GOMES, 2007, p. 229).

A Polícia Militar possui suas origens na Guarda Real, de onde assimilou a estética militar, fundamentada na hierarquia e na disciplina. Em 1831, o então regente, Padre Antônio Diogo Feijó, autorizou a criação dos corpos policiais civis e militares nas províncias. Com a proclamação da República em 1891, o Brasil transforma suas províncias imperiais em estados regionais. Esse federalismo mesmo que apenas formal, exigia dispositivos de dissuasão e mediação política e econômica com o poder central, a União. Montam-se pequenos exércitos estaduais - forças públicas, guardas, brigadas e outras designações do gênero consoantes à tradição ou cultura local (MIR, 2004, p. 418).

Nesse contexto, tem-se que a história da polícia no Brasil é marcada mais pelo momento 1808, com a transmigração da família real portuguesa, do que por contatos com o século XVIII. Pois, como mencionado anteriormente, o período em que a Coroa portuguesa esteve no Brasil se situa num lugar bastante específico, entre o século XVIII e o Brasil independente.

É o momento em que a datação tradicional consagra a criação tanto da Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809), ponto de fundação da Polícia brasileira. O que configura como os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia, impulsionando-nos a refletir sobre os conteúdos históricos e os nexos dessas definições (BRETAS E ROSEMBERG, 2013, p. 167).

Mediante aos vários desdobramentos que ocorreram na capital, o desenvolvimento da polícia brasileira se espalhou pelas províncias. De modo que, as forças adaptaram-se às diversas condições e recursos disponíveis nas regiões,

apoiando-se basicamente no modelo de polícia militar (BRETAS, 1997, p. 42-43 apud OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p. 68). O decreto de instituição da República, em 1889, responsabilizava os governos estaduais pela manutenção da ordem e segurança públicas (MARCINEIRO, 2005).

Assim sendo, a Constituição Federal de 1988 preceitua em seu artigo 144, *caput*, acerca da manutenção da ordem pública interna do Estado, *in verbis*:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I – polícia federal;
II – polícia rodoviária federal;
III – polícia ferroviária federal;
IV – polícias civis;
V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988).

O Estado, por meio dos agentes de segurança pública, tem o dever de garantir a ordem, devendo se manifestar “como a instituição de defesa e segurança, cuja principal função consiste em manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individuais” (SILVA, 2004, p. 1054).

Para a consecução desse fim, conta com a participação da sociedade, de modo que “a segurança pública não se resume a uma questão de polícia, mas de toda sociedade. Tanto é assim que a Constituição enuncia, no preceito em epígrafe, que ela é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.” (BULOS, 2001, p. 1024).

No século XVIII, durante o absolutismo, era muito comum o uso privado da violência e das armas pessoais para resolução de conflitos nas relações sociais. A violência tinha um caráter bastante difuso, e os instrumentos de controle e manutenção da ordem pública estavam estreita e diretamente vinculados a interesses políticos, sendo colocados a serviço das forças dominantes, sem qualquer compromisso com as classes populares e minoritárias. A administração da justiça, reproduzindo o espírito da época, era essencialmente punitiva e cruel no controle do comportamento desviante, utilizando-se de métodos abertamente coercitivos e torturas para obtenção de confissões e punição de “culpados”. (AZEVEDO, 2006, p. 25).

No início do século XIX, com o progresso urbano industrial, a força militar e as milícias de dirigentes locais, geralmente das elites agrárias, eram regularmente utilizadas contra as chamadas “classes perigosas”, as quais se constituíam de desempregados, vagabundos, mendigos, prostituta entre outros, visando à

contenção de manifestações de protesto e insatisfação popular que tentavam subverter a ordem social recém-inaugurada. (AZEVEDO, 2006).

Pode-se dizer então, que, a partir da revisão feita por Souza (1999), que a polícia moderna, nos moldes como hoje a conhecemos, começou como uma reação e de certa forma também de uma tentativa de superação dessa situação, tendo sido impulsionada pela difusão da ética racional, peculiar à cultura ocidental, que se instalava no mundo das artes e das ciências e pela a introdução de regras formais e legais na administração pública e na organização da sociedade capitalista.

Dessa forma, a polícia moderna está, portanto, intimamente vinculada à aspiração de desenvolver medidas e práticas racionais para coibir a violência, até porque estas podem ser consideradas mais adequadas e compatíveis com os ideais de progresso material e econômico. (AZEVEDO, 2006).

Sendo assim, representava uma resposta do Estado racional com o intuito de buscar e garantir a paz social, utilizando-se de instrumentos coercitivos, mas num modelo que objetivava manter a ordem sob os auspícios da lei, ou seja, de imposição da “ordem sob lei”. (AZEVEDO, 2006, p. 26).

A identidade dos policiais militares no país começou a ser definida a partir da elaboração dos almanaques de oficiais e da Revista Policial, criados em 1903. Na revolta da vacina no Rio de Janeiro, em 1904, a polícia foi atacada pela multidão, que só se acalmou quando o exército assumiu o patrulhamento das ruas.

Com esse fracasso da polícia em tentar deter a revolta, os esforços para sua reforma foram intensificados, conseqüentemente, as polícias foram definidas como judiciária e administrativa ou preventiva, basicamente a divisão que se conhece nos dias atuais como simplesmente polícias civil e militar, apesar das várias mutações institucionais pelas quais passaram no decorrer do século XX (BRETAS, 1997 apud OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p. 69).

A partir da discussão acima e da análise dos acontecimentos históricos relacionados à Polícia Militar (Anexo A), percebe-se a maioria das políticas e posturas voltadas para a Polícia Militar são reflexos da herança histórica do nosso país. Desta forma, mediante as considerações dos autores consultados pode-se obter os esclarecimentos necessários sobre o surgimento dessa Instituição que desempenha um papel de suma importância para com a nossa sociedade.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA

Considerada como um campo interdisciplinar e criada recentemente, a Ciência da Informação surge ligada, inicialmente, à computação e à recuperação automatizada da informação, porém mantém forte relação com as ciências sociais. Há autores que a definem como uma “ciência social aplicada”. Contudo, não cabe aqui discutir acerca das questões epistemológicas da Ciência da Informação. Mas, acerca de sua importância no que tange à gestão da informação na área da segurança pública.

Dessa maneira, as organizações são tidas como modificadoras do meio ou da comunidade em que estão inseridas, pois “as organizações são núcleos sociais, uma vez que elas congregam pessoas de uma determinada comunidade, por isso o desenvolvimento de uma sociedade recebe grandes influências das organizações”. (FADEL et al., 2010, p. 14).

Assim, as organizações são núcleos sociais que tanto influenciam o meio que em que estão inseridas quando recebem influencia do meio influenciado. As organizações são uma forma de sociabilidade produtiva, transmitida, partilhada e renovada. (SAINSAULIEU e KIRSCHNER, 2006 apud FADEL et al., 2010, p. 14).

Aqui no Brasil, a Lei Federal 8.159, foi criada para implementar políticas de arquivo e fazer a máquina estatal promover a gestão documental e a difusão das informações públicas. (BRASIL, 1991).

Desse modo, o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) e o SIGA (Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo) foram instituídos para assegurar à gestão de documentos na administração estatal, facultar o acesso a informação, estabelecer responsabilidades na esfera penal ao administrador público que causar danos ao arquivo, além de estabelecer diretrizes para garantir que os documentos pudessem ser eliminados de maneira eficiente, assim como estabelece a inalienabilidade e imprescritibilidade de documentos de valor permanente. (FLORES, 2014, p. 16)

Hodiernamente, a informação é considerada parte do patrimônio de qualquer empresa ou instituição. No entanto, é muito comum que a informação seja tratada de forma inadequada, ou, ainda, que seu uso não produza resultados efetivos para organização.

Nesse contexto, por muito tempo, foi assim que a segurança pública no Brasil tratou a informação: apenas como um conjunto de dados aglomerados, coletando e arquivando informações de forma tradicional sem estabelecer uma estratégia de compartilhamento das mesmas, sem buscar a integração dos vários órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública para otimizar o uso das informações no combate à violência crescente.

O poder público passou a compreender recentemente a relevante necessidade do uso das tecnologias da informação como parte de uma estratégia no enfrentamento e prevenção da criminalidade. Dessa forma, a gestão da informação passou a subsidiar decisões, produzindo informações corretas e precisas para elaboração de políticas públicas na área de segurança.

A lenta incorporação da gestão da informação e de suas tecnologias por parte do Estado não se verificou no mundo do crime, há muito as organizações criminosas utilizam as modernas tecnologias nas áreas de informação e comunicação, como destaca Silva:

Com os avanços espantosos das tecnologias nas áreas mais significativas da esfera global, os grupos de criminosos utilizam as novas formas de comunicação e transporte. Saindo assim na frente dos governos, utilizando técnicas avançadas de gerenciamento, controle de produção e distribuição. Este é o caso dos cartéis de drogas no mundo (SILVA, 2006, p 26).

Tornou-se urgente para o Estado recuperar o tempo perdido e dar respostas à sociedade no tocante a seu papel de provedor da segurança do cidadão. Desse modo, o setor público passou a investir pesadamente na gestão da informação, as secretarias de segurança públicas de alguns estados brasileiros, por exemplo, já utilizam os conhecimentos da gestão em TI e apresentam ganhos significativos no combate e monitoramento da violência, gerando maior segurança à sociedade.

Por meio da Gestão de TI, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará desenvolveu um sistema integrado de tratamento da informação que se baseia no cruzamento de dados e informações gerados pelos diversos órgãos que compõem esta secretaria: Polícia Militar; Polícia Civil; Corpo de Bombeiros; Academia Estadual de Segurança Pública e Perícia Forense.

O sistema integrado de informações possibilita o acesso rápido e seguro às informações mais relevantes geradas por cada órgão, otimizando o tempo de consulta, já que as informações e dados são arquivados após o tratamento de

inconsistências e disponibilizados para consultas de acordo com o tipo de solicitação, gerando relatórios e tabelas que auxiliam na tomada de decisões da SSPDS para formulação de estratégias em busca da tão almejada segurança para a sociedade.

A criação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará é um exemplo claro de como a Gestão de TI tem contribuído maciçamente neste combate diário à criminalidade através do Programa Ronda do Quarteirão que utiliza diversos itens de TI que estão presentes desde a criação da ocorrência até o armazenamento da informação, que futuramente servirá para orientar futuras operações de prevenção e combate ao crime. A coordenadoria de TI ainda disponibiliza ao cidadão por meio de seu portal serviços de identificação civil, registros de ocorrências, procurados da justiça entre outros.

Portanto, a gestão da informação é uma necessidade dos novos tempos, é indispensável à segurança pública porque reflete diretamente na produção de resultados, diminuindo os índices de violência, e na vida do cidadão, proporcionando-lhe mais segurança.

3.2.1 Estratégias de Gestão da Informação na otimização do uso da informação

Quando se fala em gestão da informação está se falando não apenas em organizar e disseminar a informação, mas principalmente em inúmeros fatores que envolvem esses processos, haja vista que trabalhar com a informação não é nada fácil, pois o conhecimento é algo intangível.

E, com o advento da tecnologia, muitas são as mudanças que se configuraram na sociedade e, principalmente, nas organizações, nesse caso, não seria diferente com as unidades de informação, as quais muitas passaram a ser automatizadas. Contudo, há as que ainda mantêm a forma tradicional de oferecer seus serviços, haja vista que a gestão da informação envolve não apenas o investimento em máquinas modernas e programas, sendo necessário o contínuo investimento em difusão do conhecimento, mudança cultural da organização e definição de estratégia para garantir o uso eficiente da informação.

Na segurança pública não é diferente. A implementação de Tecnologia da Informação não garante sozinha o uso efetivo da informação, transformando-a em algo de valor para a instituição, servindo para subsidiar decisões. As estratégias de

gestão da informação para área da segurança pública devem procurar integrar tecnologia, informação e conhecimento.

A criação de ambientes virtuais e reais que facilitem a criação contínua de conhecimentos é indispensável para que a informação, elemento essencial à atividade policial, seja aproveitada em sua totalidade: ao obter a informação o profissional utilizaria um sistema que permitisse interpretar, gerar conhecimento, planejamento e compreensão do fenômeno criminal a partir da informação recebida.

Este processo de conversão da informação em conhecimento e sua posterior distribuição dentro da organização são responsáveis pela aprendizagem coletiva, assim, é inegável que as estratégias de gestão em TI que objetivam a maximização do uso da informação devem assegurar que os sistemas e programas para área de segurança pública permitam a integração acima exposta, facilitando a interação entre profissionais e a distribuição do conhecimento.

A Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação do Ceará ilustra bem as novas perspectivas dentro da segurança pública, como podemos verificar em seu objetivo principal, apoiar as ações estratégicas e programas setoriais com a implantação de projetos voltados à melhoria da infraestrutura tecnológica das instituições que compõem a SSPDS, bem como na melhoria contínua de seus processos internos, subsidiando os gestores estratégicos com informações para subsídio à tomada de decisões para aperfeiçoar de recursos em apoio ao cumprimento de sua missão institucional.

As ações estratégicas e programas que compõem o objetivo da coordenadoria procuram maximizar o uso da informação através da implementação de tecnologias que proporcionam a elaboração de sistemas e programas que englobam interfaces interativas, informações dinâmicas e possibilidade de propagação da informação em tempo real.

A adoção de estratégias como esta, ganha a corporação, pois consegue alcançar a excelência nos processos de trabalho; melhoria na relação com a comunidade e valorização e motivação do capital humano. A comunidade ganha, por exemplo, quando do atendimento de ocorrências o operador do tele atendimento consegue através de um sistema de atendimento que localiza, calcula tempo de deslocamento e encaminha viaturas fornecendo a melhor rota para atender ao cidadão, imprimindo prontidão ao serviço prestado.

De fato, que com o passar dos anos muitas coisas mudaram no nosso país, inclusive, no tratamento, organização e acesso à informação.

Sem sobras de dúvida, das sete constituições brasileiras, a de 1988 foi a que mais enfatizou o direito à informação, assegurando desde logo, no capítulo referente aos direitos fundamentais, o livre acesso à informação aos cidadãos (artigo 5º, inciso XIV).

Ainda no mesmo artigo (inciso XXXIII) ratificou tal garantia, afirmando que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, a serem prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade dos agentes públicos. (BARROS, 2009, p. 64).

Dessa maneira, o direito à informação, tal como está inserido no ordenamento jurídico, não está acontecendo totalmente de forma efetiva, pois, em diversos órgãos estatais, a proporção de informações, que nunca se tornaram públicas, é assombroso. Como consequência a isso, da fração de documentos publicados, a maioria se destina a um reduzido número de técnicos e especialistas. Raramente as instituições apresentam ou divulgam seus documentos de forma didática para alcançar o grande público. Muitas vezes, há uma montanha de documentos e estatísticas oficiais que ficam longe do alcance da opinião pública, nos quais os próprios profissionais da informação têm dificuldade de colocar as mãos. (BARROS, 2009).

No entanto, no que se refere às possibilidades de acesso de forma mais ampla à informação e de um nível mais elevado de consciência por parte da população, tais expectativas podem ser frustradas frente a um Estado debilitado por limitações de natureza política, econômica e gerencial, justamente em face da apropriação dos conteúdos informacionais pelo poder público, pela inércia da administração ou mesmo pela “falta de efetividade das normas constitucionais” (BARROSO, 2003, p. 279).

Com efeito, para que as informações sejam plenamente acessadas, elas precisam estar organizadas, tratadas tecnicamente e depois disseminadas por um profissional habilitado. Além disso, os destinatários da informação devem ser orientados e estimulados a utilizá-la. E, quando usada, o cidadão-usuário deve ser capaz de entender seu conteúdo e seu significado, visando atingir um fim útil. Aquele que detém o domínio sobre os estoques institucionais de informação, também determina a sua administração e distribuição e conseqüentemente o

domínio sobre o conhecimento gerado na sociedade e seu potencial de desenvolvimento (ALMINO, 1996; BARRETO, 2000).

Portanto, o grande papel do bibliotecário nesse sentido consiste justamente em criar e propor mecanismos que possam oferecer a sociedade, de maneira eficiente, dinâmica e fidedigna, as informações e orientações, as quais são indispensáveis para o pleno exercício de seus direitos como cidadãos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sabe-se que a Ciência sem o emprego de métodos científicos não pode ser considerada como tal, de modo que, um método é caracterizado por um procedimento sistemático, o qual é passível de ser repetido, para se conseguir algo material ou conceitual. (HADDAD, 2004, p.04).

Dessa maneira, “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo-conhecimentos válidos e verdadeiros-, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 82).

Sendo assim, o conhecimento científico é caracterizado pela observação, descrição e pela utilização de instrumentos (SANTOS, 1992, p. 19). “É objetivo, ou seja, não é afetado por crenças, desejos, valores ou caprichos do investigador. A investigação científica processa-se de acordo com métodos fundamentados na lógica”. (MARTINS, 2007, p. 14).

Portanto, apresenta-se neste capítulo a caracterização e delimitação da pesquisa, bem como os procedimentos de coleta dos dados e análise dos resultados deste estudo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa está caracterizada como sendo de cunho exploratório, visto que este tipo de pesquisa “estabelece critérios, métodos e técnicas para a sua elaboração, objetivando oferecer informações sobre o objeto de pesquisa e orientar a formulação de hipóteses”. (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 17). Com relação ao nível da pesquisa, visa-se desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista, que esse nível possibilita a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2007).

Nesse sentido, entre os tipos de pesquisas existentes, a pesquisa exploratória é mais flexível no que tange ao planejamento. Haja vista que normalmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. Deste modo, é desenvolvida com a intenção de dispor uma visão geral sobre um determinado fato (GIL, 2007, p. 43).

O estudo exploratório pode ser considerado como um tipo de pesquisa, pois na medida em que se busca, recorre-se a documentos com intuito de sanar a uma dúvida, uma laguna do conhecimento. Contudo, não se trata de uma pesquisa no sentido restrito, pois envolve apenas uma busca por conhecimento, para problemas e soluções, cujas fontes são conhecidas e, porque dispensa o emprego de processos rigorosos de investigação. (MICHEL, 2009. p. 40).

O delineamento do estudo tem-se na pesquisa bibliográfica, pois proporcionam meios para se definir, bem como explorar novas áreas que não foram contempladas ou que apresentam um baixo nível de publicação, desse modo, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 71).

4.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA PESQUISA

De acordo com levantamento bibliográfico realizado não há muitos relatos acerca do histórico da Polícia Militar do Estado do Ceará. Contudo, o que se pode constatar é que tanto a sua origem quanto o seu desenvolvimento estão relacionados aos movimentos e transformações ocorridos no período do Brasil colonial bem como a história política do país, exercendo até o momento influência marcante não só na área da segurança pública, mas em todos os setores.

Conforme a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Estado do Ceará em maio de 1835, o Presidente (Governador), da Província do Ceará, padre, senador vitalício e orador sacro, José Martiniano de Alencar¹, preocupado com a segurança e o bem estar dos habitantes da Província do Ceará, assinou a Resolução Provincial nº 13, criando a Força Pública do Ceará, embrião da nossa valorosa Polícia Militar do Ceará.

A partir de 4 de janeiro de 1947 passou então à denominação que tem até os dias atuais a partir da entrada em vigor da constituição de 1946. A Polícia Militar do

¹ O Padre Senador José Martiniano de Alencar, nascido no dia 16 de outubro de 1794, natural de Missão Velha/CE., irmão de Tristão Gonçalves e filho de José Gonçalves dos Santos e Bárbara Pereira de Alencar, fundou a Gloriosa e Heráldica Polícia Militar do Ceará, na sua 1ª gestão de Presidente da Província (1834 a 1837), sob a resolução nº 13, no dia 24 de Maio de 1835. Segundo o Historiador João Brígido (+1921), o Senador Alencar lançou os fundamentos do progresso do Estado do Ceará. Faleceu no dia 15 de março de 1860 no Rio de Janeiro. (Fonte: Capelania da PMCE).

Ceará (PMCE) tem por missão constitucional o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Seu primeiro Comandante foi o Tenente do Exército Brasileiro Tomaz Lourenço da Silva Castro, que comandou de 24/05/1835 a 19/01/1839.

Com um passado de bases sólidas, a Polícia Militar tem na sintonia com o presente e com o futuro, um de seus grandes méritos. Ao longo de sua existência, a PM cearense trocou quatorze vezes de nome, mas nunca de ideal, qual seja: a “Preservação da Ordem, Tranquilidade das Famílias e Segurança dos Cidadãos”. Tendo no policiamento ostensivo a sua atividade fim, a Instituição está presente em todo o Estado com suas diversas Unidades e Subunidades Operacionais distribuídas de forma estratégica. Os mais de 15 mil homens e mulheres do efetivo estão distribuídos por todos os municípios cearenses para servir e proteger ao cidadão.

No organograma, a Polícia Militar é comandada por um oficial superior do posto de coronel e é denominado Comandante-Geral. A Polícia Militar do Ceará, ao longo de sua existência, sofreu mudanças, adaptou sua estrutura aos nossos tempos, onde a mais recente reestrutura ocorreu em 05 de setembro de 2012, através da Lei nº 15.217 que dispõe sobre a nova Organização Básica da Polícia Militar do Ceará (LOB/PMCE).

Sendo assim, de acordo com Cruz (2010, p.22):

No Ceará, a origem da Polícia Militar está relacionada à proclamação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, pelo então regente do Império Padre Diogo Antônio Feijó. Este Ato foi a própria concretização de como o vazio do trono afetou profundamente as estruturas sociais do país, isto porque tal Ato tratava-se de uma revisão da Magna Carta de 1824, na qual ao alterar seu artigo 72, criando as Assembleias Legislativas, acabou por descentralizar o poder dos Conselhos Gerais, órgãos que submetiam as Províncias às ordens do Imperador, deixando-as, agora, mais autônomas para fortalecer os poderes regionais.

No ano seguinte, em 1835, o presidente da Província do Ceará, José Martiniano d’Alencar, criou através da Resolução Provincial de nº. 13, uma Força Policial para a referida Província. Segundo essa Resolução

José Martiniano d’Alencar, Presidente da Província do Ceará. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Ley seguinte.

Art.1º - A Força Policial, no futuro anno financeiro, constará de primeiro, segundo e terceiro Comandantes; um Primeiro Sargento; dois Segundos; um Furriel, dez Cabos, oitenta e um Guardas, e dois Cornetas, vencendo todas as Praças os soldos, que se achão marcadas, e hora vencem.

O 2º Batalhão Policia Militar foi criado pelo Decreto nº 736, de 29 de agosto de 1932, sob o nome de Batalhão Provisório.

Em 1948, em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Polícia Militar, o 2º BPM foi implantado na cidade de Juazeiro do Norte com uma companhia na sede e duas na cidade de Brejo Santo. A inauguração do novo prédio em Juazeiro do Norte foi realizada no dia 16 de janeiro de 1974, conforme Nota de Instrução nº 009/PM-3.

Atualmente, o 2º BPM é composto por cinco companhias, assim distribuído: a 1ª Cia. está incorporada a sede, em Juazeiro do Norte. A 2ª Cia. possui sede na cidade de Iguatu, a 3ª Cia. em Brejo Santo, a 4ª Cia. em Campos Sales e a 5ª Cia. no município de Crato.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Como instrumento de coleta de dados para a elaboração desta pesquisa, utilizou-se primeiramente da técnica da observação, pois de acordo com Ludwing (2012, p. 64): A observação é entendida como um contato direto ou indireto do pesquisador com o objeto pesquisado, constitui-se de uma relevante técnica de investigação, pois permite que o pesquisador capte as perspectivas do objeto em estudo e, ainda obtém informações que não poderiam ser coletadas de outra forma, sendo assim, descobrindo aspectos novos do problema da pesquisa.

Dessa maneira, os dados foram coletados através de pesquisa de campo, que “consiste na observação atenta de um objeto de interesse do pesquisador. Envolve técnicas de coleta e apresentação de dados e uma discussão qualitativa dos resultados”. (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 28).

A pesquisa de campo é utilizada com o intuito de possibilitar informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Na pesquisa de campo, em primeiro lugar, deve-se realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado encontra-se atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito bem como as opiniões reinantes sobre o assunto (LAKATOS; MARCONI, 2009, p. 69).

A técnica de pesquisa utilizada foi de entrevista semi estruturada, apresentando um roteiro previamente estabelecido, mas também há um espaço para a elucidação de elementos que surjam de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistado (APPOLINÁRIO, 2012, p. 138)

Nesse sentido, os dados foram analisados de forma qualitativa, pois possibilita que o pesquisador tenha uma compreensão mais detalhada do objeto a ser estudado. Para Michel (2009, p. 37):

na pesquisa qualitativa, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em ciências sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas.

A abordagem qualitativa é usada quando não se utiliza de procedimentos estatísticos, por meio dessa abordagem busca-se descrever, analisar e interpretar os dados, mediante a complexidade do estudo. Sendo assim, a abordagem qualitativa permite que a pesquisa seja abordada de forma mais ampla, não sendo restrita a acumulação de dados, possibilitando inferências significativas acerca do fenômeno investigado. É caracterizada por permitir: ambiente natural, o pesquisador como um instrumento fundamental, múltiplas fontes de dados, análise de dados indutiva, significados dos participantes, interpretativo dentre outros. (CRESWELL, 2010, p. 206).

4.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresenta-se aqui os resultados obtidos na entrevista, dessa maneira, a discussão será à luz da literatura da área, sendo assim, a entrevista foi aplicada ao policial responsável pelo setor de arquivo do 2BPM.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que se tem como arquivo os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, tendo sua preservação de modo permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente. (SCHELLENBERG, 2012, p. 41).

Com relação ao primeiro questionamento, tentou-se traçar o perfil do profissional que desempenha suas atividades no arquivo, bem como a sua formação. Então, para o seguinte questionamento: “Quem é o profissional que desempenha as atividades no arquivo? Qual a sua formação?”, teve-se a seguinte resposta:

Questão 1: Quem é o profissional que desempenham as atividades no arquivo? Qual a sua formação?

Atualmente por Sgt. PM. Lucélio, Ensino médio.

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que, as atividades desenvolvidas no setor do arquivo do 2 Batalhão da Polícia Militar, é realizada pelos próprios militares do recinto. De modo, que a responsabilidade recai em um oficial com formação no nível de ensino médio, sem nenhuma preparação ou qualificação na área de arquivologia ou Biblioteconomia. O que comprova assim, a ausência de um especialista na área para o gerenciamento dos arquivos.

Com relação ao segundo questionamento, como o objeto de estudo da presente pesquisa é o arquivo do 2BPM, tornou-se pertinente saber quais são os tipos documentos que o compõe, de modo que, obteve-se a resposta abaixo:

Questão 2: Quais são os tipos de documentos que o Arquivo do 2BPM possui?

Procedimentos de processos que compreende (IPM, IT, SF, SS, AO), ofícios recebidos, ofícios expedidos, cópias autenticadas, partes, boletim interno, escalas de serviço etc.

Fonte: Elaborado pelo autor

Verificam-se, mediante a resposta apresentada, que os tipos de documentos que compõem o arquivo do 2º Batalhão da Polícia Militar, são documentos textuais específicos da própria Instituição, não possuindo, assim, documentos ou acervo de outro gênero ou para outro fim a não ser documentos utilizados para fins administrativos para o próprio funcionamento do órgão.

Dessa maneira, “as características essenciais dos arquivos relacionam-se, pois, com as razões pelas quais os documentos vieram a existir e com as razões pelas quais foram preservados”. (SCHELLENBERG, 2012, p. 41).

Sabendo-se na inexistência de um profissional especialista na área, tornou-se necessário entender como acontece a organização dos documentos (questionamento 3), bem como ocorre a conservação dos mesmos (questão 4), obtendo-se como resposta para os dois questionamento o seguinte:

Questão 3: Qual o método de organização adotado?

Por seção, conforme o ano e nas caixas identificando os documentos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Questão 4: Como ocorre a conservação dos arquivos?

Os arquivos são guardados em caixas plásticas de arquivo. Não há limpeza dos materiais. Vão sendo guardados lá.

Fonte: Elaborado pelo autor

Sabendo-se que o arquivamento é o “conjunto de operações destinadas ao acondicionamento e ao armazenamento de documentos” (FLORES, 2014, p. 30). No que se refere ao método de organização adotado (questionamento 3), no arquivo do 2BPM é acurado que segue-se uma cronologia, conforme o ano, e nas caixas de arquivo apenas com a identificação das mesmas. Sendo assim, para que possa existir uma qualidade no que se refere à gestão da informação, é de total relevância criar instrumentos e/ou mecanismos que possam ser utilizados no controle e monitoramento dos documentos, bem como mantendo o acompanhamento de todos os processos que envolvem os materiais. Contudo, para que isto possa ocorrer de forma eficaz devem-se estabelecer critérios, técnicas e métodos para a organização dos documentos.

Já no que concerne a conservação dos arquivos (questionamento 4), nota-se com a resposta do entrevistado que não há uma preocupação com conservação dos documentos, haja vista que, a preservação dos documentos visa “garantir a integridade dos materiais e a conservação procura estabilizar a forma física do documento e desacelerar a degradação deles, isto só é possível com ações de controle ambiental e técnicas específicas para tratar o material”. (FLORES, 2014, p. 33).

Dessa maneira, tem-se que a conservação dos arquivos no 2BPM, acontece de modo inadequado e seu acondicionamento ainda precário, pois não se aplicam

ações que possam combater ao processo de degradação dos documentos, tornando-se, assim, de extrema importância a criação de ações que possibilitem condições adequadas para o armazenamento e acondicionamento dos arquivos, pois, ao contrário, a vida útil dos documentos, bem como a integridade das informações que compõem a história do 2BPM estará comprometida.

Sabendo-se da existência da Lei Federal 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõem sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências (BRASIL, 1991), e tendo o 2º Batalhão da Polícia Militar como órgão público, acreditou-se que a sua política de gestão fosse baseada na Lei supracitada, porém, o que se constatou na resposta da questão 5 o seguinte:

Questão 5: O 2BPM adota alguma política de gestão de documentos?

Não.

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante da resposta dada, não há uma adequação do 2º BPM a uma política de gestão documental, contudo, provavelmente essa não é uma realidade apenas dessa instituição. Pois, cada dia mais se faz necessário à adequação dos órgãos públicos à gestão documental, nesse norte, a solução buscada por várias dessas instituições, tanto pública como privadas é a implantação de sistemas de arquivo. Contudo, há uma distância muito grande entre o preceito da lei e a prática de arquivos, tanto os de gestão quanto os históricos.

Mediante as disposições legais e a literatura da área, é de suma importância que se cumpra o que está em lei, bem como a qualificação e especialização do profissional que está à frente na gestão dos arquivos.

Nesse sentido, o arquivo do 2º Batalhão da Polícia Militar, não pode deixar de observar os preceitos e normas legais, para que possa manter organizados os documentos dos arquivos que permanecem sob sua guarda, logo que é dever de todo órgão público desde 1991, conforme a Lei Federal 8.159.

Sabendo-se do quão difícil é lidar com a informação, principalmente no que tange a sua gestão, tentou-se identificar com o questionamento 6, as dificuldades encontradas na gestão dos documentos do arquivo 2BPM.

Abaixo segue resposta:

Questão 6: Quais são as dificuldades encontradas no que tange a gestão dos documentos?

O espaço físico do local do arquivo e a falta de uma pessoa específica para cuidar da organização e manejo.

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar, o espaço/sala onde se localiza o arquivo do 2BPM, percebeu-se a grande quantidade de documentos e o espaço pequeno para a guarda dos mesmos. Sendo assim, deve-se ter em mente se o local, cujos documentos estão guardados se possui as características necessárias para esse fim, bem como analisar se possui estrutura física e arquitetônica adequadas, além da localização e ambientização que devem estar de acordo com ao que é permitido.

Observa-se assim, a necessidade um profissional qualificado para atuar dentro do arquivo, de modo que, torna-se necessário, no mínimo, de haver a capacitação do profissional que está desenvolvendo as atividades dentro do arquivo. Contudo, o mais correto seria a presença de um arquivista ou o bibliotecário, pois, de acordo com Almeida Júnior (2004, p. 75): “os espaços onde atua o bibliotecário são concebidos e estruturados para atender a uma demanda oriunda daqueles que já tem acesso a informação”.

Nesse contexto, o profissional bibliotecário organiza seu espaço, aplica técnicas, prepara produtos documentários, organiza serviços, recupera e dissemina a informação, transferindo o conhecimento, enfim, atua de modo profissional, voltado de forma prioritária a atender os segmentos sociais que determinam os destinos da humanidade buscando atender a seus interesses. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p. 82).

Na questão 7, houve a preocupação de saber como ocorre a eliminação dos documentos do arquivo do 2BPM, obtendo-se como resposta abaixo:

Questão 7: Como ocorre a eliminação dos materiais?

É solicitado ao Comando em Fortaleza para que seja enviado uma comissão para avaliar os documentos no arquivo superior a 5 anos, e conforme a análise faz-se a incineração dos arquivos autorizados.

Fonte: Elaborado pelo autor

Provavelmente, as pessoas que atuam em arquivo, que não possuem a qualificação necessária, não têm conhecimento nem tão pouco sabe da importância de se usar instrumentos para a sua gestão.

O prazo de guarda dos documentos tem o objeto de dar a estrutura para a guarda de documentos da área fiscal, administrativa, contábil, recursos humanos e técnicas. A maioria dos servidores tem dúvidas sobre os prazos de guarda da documentação e na administração pública, é gritante a necessidade de adoção de instrumentos de gestão para a melhoria da gestão da informação. (FLORES, 2014, p. 45).

Assim sendo, a partir do momento em que se faz uso da tabela de temporalidade, são perceptíveis as melhorias que traz para a Instituição, pois a adoção de métodos e técnicas de arquivamento, bem como prazo de guarda dos documentos facilita as rotinas administrativas, bem como possíveis soluções para sua gestão.

A entrevista constou-se de oito questionamentos, dos quais um, no caso o último, o entrevistado poderia ficar a vontade para tecer seus comentários. Com relação a este ponto obteve-se o seguinte posicionamento:

Questão 8: Fique a vontade para tecer seus comentários.

O arquivo do Batalhão está aparentemente organizado com a necessidade de colocar uma pessoa para lidar com o mesmo, facilitando o controle e o manejo, pois como os documentos ficam em caixas, quando precisa consultar algum documento, o policial vai até as caixas lá e faz a sua busca, às vezes, não guardam no mesmo local, isso dificulta.

Fonte: Elaborado pelo autor

Diante dessa constatação, percebe-se que o Policial Militar entrevistado reconhece os problemas no que tange a gestão, todavia o que foi verificado é que dentro da corporação há limitações, as quais impossibilitam solucionar as privações inerentes no tocante ao acesso e a gestão da informação.

Dessa maneira, partindo-se da premissa que a capacitação/qualificação dos profissionais que atuam nesse setor possibilitaria a mediação, além da aplicação de uma política documental, a formação do profissional na perspectiva de uma gestão da informação de qualidade deve ser estudada e discutida isoladamente, pois são inúmeros os fatores que contribuem para que essa prática não aconteça, haja vista

que este tema possibilita muitas discussões e debates em torno da gestão da informação no âmbito da segurança pública.

Portanto, os dados levantados pela presente pesquisa permitiram constatar aspectos importantes no que se refere à gestão da informação, assim como possibilitou um olhar mais abrangente no que se refere à aplicabilidade dessa gestão na área da segurança pública. Assim, acredita-se que os resultados nesta pesquisa servirão de embasamento para a compreensão de questões que se referem ao profissional bibliotecário atuante na área da segurança pública, bem como favorecendo o enriquecimento do debate na área e acrescentando contribuições para a análise dessa possível área de atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por finalidade discutir acerca do papel do bibliotecário na gestão da informação no 2º Batalhão da Polícia Militar da cidade de Juazeiro do Norte-Ce.

Assim, em relação aos objetivos propostos nesta pesquisa, constata-se que a conjuntura atual acerca de a gestão da informação dentro desse órgão ainda é um desafio, que precisa ser trabalhado pelos órgãos competentes. Porém, vale ressaltar que os próprios policiais militares que desempenham suas atividades no arquivo, têm consciência da necessidade e da importância de um profissional especializado que desempenhe de fato o gerenciamento da informação de forma adequada.

A partir disso, e através das contribuições de estudiosos da área, pode dizer que no processo da gestão da informação, têm-se processos que se tornam essenciais, tais como a identificação, a aquisição, o desenvolvimento, o compartilhamento e a utilização e retenção do conhecimento, os quais sem eles a unidade de informação enquanto organização não conseguirá manter o fluxo informacional quer sejam eles internos ou externos à organização. E, com o advento da tecnologia, esta vem a se tornar uma aliada, no que diz respeito a estratégias e metodologias de busca da informação em unidades de informação.

Desse modo, o profissional da informação passa a ter papel não só de mediador, mas de incentivar o usuário na construção do seu conhecimento. Para tanto, o profissional bibliotecário deverá possuir técnicas e habilidades no que tange ao desenvolvimento desse serviço, sendo assim, deverá desenvolver habilidades referentes ao perfil dos usuários, fontes de informação e estratégias de busca para conseguir desenvolver o serviço de modo eficaz.

Neste contexto, o bibliotecário como gestor de uma unidade de informação desempenha diferentes habilidades, pois trabalha ao mesmo tempo com a gestão de processos (quer sejam documentais ou tecnológicos) e principalmente com recursos humanos, o qual talvez seja o mais complexo de se gerir, sendo assim os processos tornam-se dependentes um do outro para que se alcance êxito no desenvolvimento e aplicabilidade de cada um.

Dessa maneira, voltando-se para a realidade do arquivo do 2BPM, observou-se ao longo da pesquisa que o 2º Batalhão da Polícia Militar ainda não possui uma política de gestão de documentos, nem tão pouco um sistema para que possa

manter de forma eficaz e eficiente a organização do arquivo. Contudo, sabe-se que para implantar um sistema ou uma política de gestão de informação dentro do arquivo do 2BPM requer uma demanda de recursos financeiros como também de pessoal, além de um bom planejamento estratégico para fazer as adaptações necessárias.

E, percebe-se que, infelizmente, há o descaso público com o arquivo, pois grande maioria dos que compõem a administração pública não vêem a sua importância, haja vista que arquivo representa a memória da instituição. Um arquivo pode ter várias funções, dentre as quais se destaca a sua função como fonte de pesquisa, dessa maneira, deve ser tratado de acordo com os princípios e técnicas apropriados para cada tipo de material.

Ao fazer as análises dos dados, constatou-se que, os policiais militares, (os quais não possuem nenhuma qualificação ou habilidade para estarem exercendo a função de gestor no setor do arquivo), arquivam os documentos de qualquer forma, não havendo nenhum tipo de preparo técnico. Para tanto, é notório a necessidade de um profissional especialista, haja vista que este deverá ater-se as normas, regras e procedimentos que possam assegurar a gestão dos documentos produzidos pelo setor administrativo da Polícia Militar, assim como, adotar as medidas corretas que devem ser utilizadas para que esses documentos sejam arquivados adequadamente.

Portanto, para que o setor do arquivo do 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Ceará se adéqüe as normas vigentes, seria necessário implantar uma política de gestão da informação, a nível institucional, de modo que se estabelecessem métodos e rotinas, bem como pessoal habilitado para a realização das atividades. Contudo, essa realidade só é possível com a colaboração de todos os envolvidos, de modo que só assim, em equipe e com o apóio dos responsáveis por esse órgão é que se teria o acesso aos documentos de modo eficaz, bem como a sua guarda adequada, preservando assim, a história dessa Instituição.

REFERÊNCIAS

- ALMINO, João. **O segredo e a informação: ética e política no espaço público**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- AZEVEDO, Marco Antônio. **Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em um ambiente comunitário**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/informacao_e_seguranca_publica.pdf>. Acesso em: out. 2015.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. *DataGramZero- Rev. Cien. Inf.*, v. 1, n. 3, jun. 2000.
- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. O papel do bibliotecário na efetividade do direito constitucional à informação. *Rev. Senatus*, Brasília, v.7, n.1, p.64-67, jul. 2009.
- BARROSO, Luis Roberto. **O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira**. 7. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Lei Federal 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016.
- BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Rev. Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00162.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- _____. **Ordem na cidade: o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. In: OLIVEIRA JUNIOR, Almir de. **Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7FFJV7/tese_cultura_policial_almir_oliveira_jr_.pdf?sequence=1>. Acesso em 04 out. 2015.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica**: teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro: Axcel books, 2004.

CRUZ, Lara Abreu. **O tradicional e o moderno na formação do policial militar**: uma análise do Curso de Formação dos Soldados do Ronda do Quarteirão. Trabalho de Conclusão do Curso em Serviço Social. Fortaleza, Ce: Universidade Estadual do Ceará, 2010.

DALBOSCO, Jari Luiz; et al. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília-DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007.

FADEL, Bárbara et al. Gestão, mediação e uso da informação. In: Valentim, Marta. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

FLORES, Maurício Ricardo Vieira. **A importância da gestão documental na Brigada Militar**. Trabalho de Conclusão do curso em Arquivologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/110743>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso, uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

HADDAD, N. **Metodologia de estudos em ciência da saúde**: como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Roca, 2004.

HISTÓRICOS do 2º Batalhão da Polícia Militar. Disponível em: <<http://museu.pm.ce.gov.br/historicos/segundojuazeiro.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni. **Polícia comunitária**: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, Bismael B. **Polícia, Governo e Sociedade.** São Paulo: Sonda, 1992.

MONET, Jean Claude. **Polícia e sociedade na Europa.** São Paulo: Edusp, 2002.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das Polícias Militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Rev. Security and defense studies Review**, vol. 1, 2001. Disponível em: <<http://digitalndulibrary.ndu.edu/cdm/compoundobject/collection/chdspubs/id/6599>>. Acesso em: 24 set. 2015.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAINSAULIEU, R. KIRSCHNER, A. M. Sociologia da empresa: organização, poder, cultura e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 464p. In: FADEL, Bárbara et al. **Gestão, mediação e uso da informação.** São Paulo: cultura acadêmica, 2010.

SANTO, Alexandre do Espírito. **Delineamentos de metodologia científica.** São Paulo: Loyola, 1992.

SALES, Lilia Maia de Moraes; FERREIRA, Plauto Roberto Lima; NUNES, Andrine Oliveira. Segurança Pública, mediação de conflitos e polícia comunitária: uma interface. **Rev. Nej.** Vol. 14, n.3, out.-dez. 2009.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

SILVA, Heide Miranda da. Gestão do conhecimento e inteligência competitiva em organizações: uma abordagem conceitual. **Rev. de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 1, p. 84-93, 2007. Disponível em: <<http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/ric/article/view/157/144>>. Acesso em 08 jan. 2016.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico.** Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, Edson R. G.. **Análise qualitativa da criminalidade com particular referência à grande Florianópolis.** Monografia apresentada ao Curso de Economia – Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 2006.

SOUZA, Elenice de. **Avaliação do policiamento comunitário em Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

APÊNDICE

APÊNDICE A- ENTREVISTA

Eu, Paulo Atila Alves Lacerda, discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri, matriculado na disciplina de Monografia III, 8º semestre, venho por meio de esta entrevista coletar dados necessários para desenvolver o Trabalho de Monografia, cujo tema é: **“O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO 2BPM DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE”**.

Conto com a sua colaboração para o desenvolvimento deste trabalho.

Nome: _____

Formação: _____

Função: _____

1. Quem é profissional que desempenham as atividades no arquivo? Qual a sua formação?

2. Quais são os tipos de documentos que o Arquivo do 2BPM possui?

3. Qual o método de organização adotado?

4. Como ocorre a conservação dos arquivos?

5. O 2BPM adota alguma política de gestão de documentos?

SIM

NÃO

Em caso afirmativo, descreva-a:

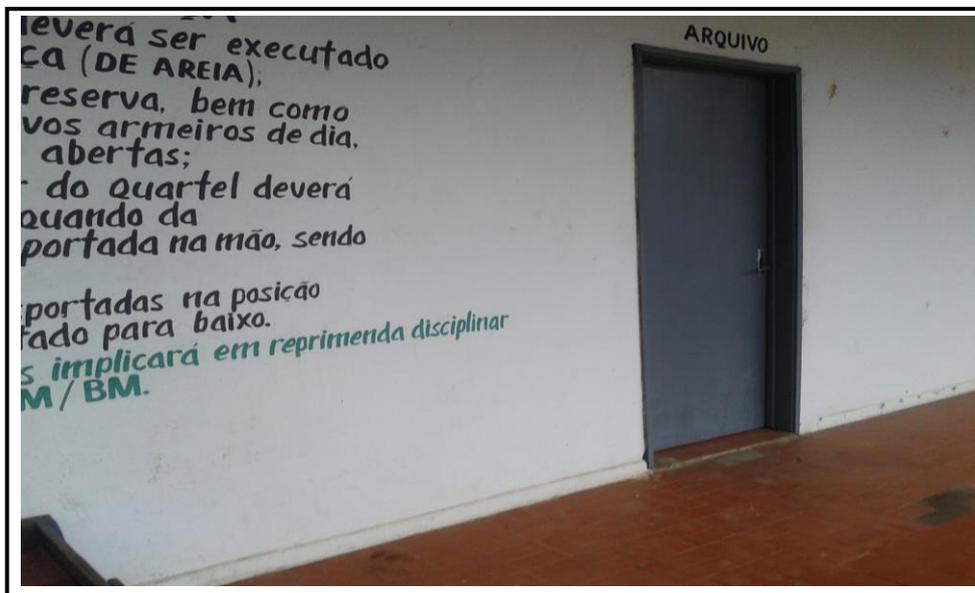
6. Quais são as dificuldades encontradas no que tange a gestão dos documentos?

7. Como ocorre a eliminação dos materiais?

8. Fique a vontade para tecer seus comentários.

**APÊNDICE B- FOTOS DO ARQUIVO DO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR
DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Quadro1: Entrada do arquivo do 2BPM



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 2: Arquivo do 2BPM



Fonte: Elaborado pelo autor

ANEXOS

ANEXO A- eventos históricos relacionados às Polícias Militares

Ano	Constituições e Decretos	Eventos
1808	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, no Rio de Janeiro, que deu origem às atuais Polícias Cíveis Estaduais. ◆ A Intendência de Polícia nasceu com atribuições judiciais (estabelecer punições aos infratores e supervisionar o cumprimento das sentenças). Além das atividades de polícia secreta, investigação de crimes e captura de criminosos, a Intendência era também responsável pela administração da iluminação e obras públicas, pelo abastecimento de água da cidade e outros serviços urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil. ◆ O Brasil é elevado à condição de Reino Unido.
1809	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Criação da Guarda Real de Polícia, no Rio de Janeiro, que deu origem às atuais Polícias Militares Estaduais. ◆ A Guarda Real era uma força de tempo integral, organizada em moldes militares, e subordinava-se inicialmente ao Ministério da Guerra e à Intendência de Polícia que pagava seus uniformes e salários. Ela nasceu sem função investigativa e com atribuições de patrulha para reprimir o contrabando, manter a ordem, capturar e prender escravos, desordeiros, criminosos, etc. 	
1822		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Independência do Brasil ◆ 1º Império
1824	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Promulgação da Constituição Imperial 	
1827	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Aprovação da lei que instituía a figura do Juiz de Paz, um juiz leigo, eleito localmente que possuía atribuições policiais e judiciárias, podendo inclusive nomear "inspetores de quarteirão" (voluntários civis não remunerados), mas que não detinha o controle das forças policiais. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Criação das Faculdades de Direito de São Paulo e Recife.
1830	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Aprovação pelo Parlamento do Código Criminal do Império 	
1831	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Dissolução da Guarda Real de Polícia pelo Ministro da Justiça, em razão de um grave motim no qual também participou o 26º Batalhão de Infantaria do Exército regular. ◆ Decreto de Criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, para exercer as funções da extinta Guarda Real, bem com as tarefas de fiscalização da coleta de impostos. ◆ Criação da Guarda Nacional, uma organização nacional, paramilitar, não-remunerada e independente do Exército Regular. A Guarda Nacional nasceu com múltiplas atribuições: Como força nacional deveria defender a constituição e a independência da nação, bem como ajudar o exército na defesa das fronteiras. Como força policial deveria contribuir para a manutenção da ordem interna. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Com a abdicação de Pedro I é estabelecido o período das Regências.
1832	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Aprovação pelo parlamento do Código de Processo Penal do Império 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Duque de Caxias é chamado a estruturar o Corpo de Permanentes, permanecendo como seu comandante até 1839.
1866	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Criação no Rio de Janeiro da Guarda Urbana, uma força civil uniformizada e não-militarizada, voltada para as atividades de ronda. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Parte do efetivo da Polícia Militar do Rio passou a servir como unidade de infantaria na Guerra do Paraguai. Desde esta época, a polícia militar começa a tornar-se gradativamente uma força aquartelada. Suas atividades de patrulha urbana passaram a ser mais esporádicas, sendo seus recursos destinados para os casos de emergência pública, missões extras e

		operações de grande porte.
1871	♦ Realização da Reforma judicial que ampliou o sistema judiciário, reduzindo as funções judiciárias das polícias civis.	
1885	♦ Dissolução da Guarda Urbana	
1889	♦ Todos os integrantes das organizações policiais existentes tornam-se profissionais assalariados com jornada de trabalho integral.	♦ Um golpe militar extingue a monarquia e instaura o Governo provisório republicano.
1890	♦ Publicação da Constituição Provisória da República ♦ Código Penal da República	♦ Governo provisório
1891	♦ Promulgação da primeira Constituição da República	♦ Marechal Deodoro da Fonseca é eleito presidente da república pela Assembleia Constituinte.
1894		♦ Prudente de Moraes é eleito o primeiro presidente da república, pelo voto direto.
1907		♦ O Governo do Estado de São Paulo contrata a "Missão Militar Francesa" para construir as bases do ensino e instrução da Força Pública do Estado (atual Polícia Militar).
1919		♦ O Ministro da Guerra contrata a "Missão Militar Francesa" para "modernizar" o Exército Brasileiro, sobretudo na área de educação.
1930		♦ O presidente Washington Luís, eleito pelo voto direto em 1926, é deposto pela Revolução de 30. ♦ Getúlio Vargas torna-se o chefe do Governo Provisório.
1934	♦ Promulgada a constituição da Segunda República. ♦ Nesta carta é definida a competência da união para legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização. ♦ Na parte que trata da "Segurança Nacional", as Polícias Militares são definidas como forças "reservas do exército" voltadas para a "Segurança interna e manutenção da ordem".	♦ Getúlio Vargas é eleito presidente da república pela Assembleia Constituinte.
1936	♦ Decreto-lei n.º 192 de 17/01/1936 determina que as Polícias Militares devem ser estruturadas segundo as unidades de infantaria e cavalaria do exército regular.	
1937	♦ Outorgada à carta constitucional que estrutura o Estado Novo.	♦ Novo golpe de estado e Getúlio Vargas torna-se o chefe do Estado Novo.
1940	♦ Publicação do atual Código Penal	
1941	♦ Publicação no diário oficial do atual Código de Processo Penal	
1946	♦ Promulgada a nova constituição. ♦ Na parte que trata das "Forças Armadas", as Polícias Militares são definidas como "forças auxiliares e reservas do Exército", voltadas para a "segurança interna e a manutenção da ordem". ♦ É mantida a competência da união para legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização.	♦ Getúlio Vargas é deposto pelas Forças Armadas em 1945, e o governo é entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal. ♦ É convocada a 4ª Assembleia constituinte.

		<ul style="list-style-type: none"> ◆ O Gal. Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da república pelo voto direto.
1951		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Getúlio Vargas é eleito presidente da república pelo voto direto.
1967	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Outorgada a nova carta constitucional através do Congresso Nacional. ◆ Nesta carta mantém-se o papel das Polícias Militares definido nas cartas anteriores como "forças auxiliares e reservas" do exército, invertendo apenas a prioridade de suas atribuições. As Polícias Militares devem "manter a ordem e a segurança interna". ◆ É mantida a competência da união para legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização. ◆ O decreto-lei n.º 31'7 de 13/03/1967. 1) cria a Inspeção Geral das Polícias Militares - IGPM, um novo órgão fiscalizador do Exército; 2) atribui às Polícias Militares o policiamento ostensivo fardado; e 3) não determina a adoção dos modelos de infantaria e cavalaria. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Golpe e instauração do governo militar e suspensão do estado de direito. ◆ O Mal. Castelo Branco é eleito presidente da república pelo Congresso Nacional.
1968	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O Ato complementar n.º 40 de 30/12/1968 determina que os integrantes das Polícias Militares não podem receber vencimentos superiores aos dos militares regulares. 	
1969	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Outorgada a Constituição da República Federativa do Brasil pelos ministros militares. ◆ Nesta carta suprime-se do texto a missão das Polícias Militares de sustentação da segurança interna, permanecendo a expressão "manutenção da ordem pública" e a sua definição como "forças auxiliares e reservas do exército". ◆ É mantida a competência da união para legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização. ◆ É mantida a proibição aos policiais militares de receberem vencimentos superiores aos dos militares regulares. ◆ Os Decretos n.º 667 e 1.072 atribuem a exclusividade do policiamento ostensivo fardado às Polícias Militares, bem como proibem que os estados de criarem outra organização policial uniformizada. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O Gal. Emílio Garrastazu Médici é eleito indiretamente presidente da república.
1970	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O Decreto-lei n.º 66.862 de 8/07/1970 determina que as Polícias Militares deverão integrar o serviço de informações e contra-informações do Exército. 	
1982		<ul style="list-style-type: none"> ◆ O Gal. João Baptista Figueiredo é eleito em 1979, por via indireta, e inicia o processo de abertura política. ◆ Retorno às eleições diretas para Governador de estado.
1985	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fim da ditadura militar com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da república. ◆ O Vice-presidente José Sarney toma posse como presidente da república após a morte de Tancredo Neves. 	
1988	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Promulgada a constituição democrática. ◆ Esta carta apresenta um capítulo próprio para a segurança pública definida como "dever do Estado, direito e responsabilidade de todos". ◆ O artigo 144 que trata das missões das polícias brasileiras, determina que compete às polícias militares "o policiamento ostensivo fardado e a preservação da ordem pública". E às Polícias Cíveis são atribuídas as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais. ◆ Esta carta autoriza os municípios a criarem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. ◆ É mantida a definição das Polícias Militares como "forças auxiliares e reservas" do Exército. ◆ É mantida a IGPM. ◆ É mantida a competência da união para legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização. 	
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fernando Collor de

1990		Mello é eleito presidente da república pelo voto direto.
1992		♦ O Vice-presidente Itamar Franco assume a presidência da república após o impeachment de Fernando Collor.
1995	♦ Criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, dentro da estrutura do Ministério da Justiça.	♦ Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da república pelo voto direto.
1997	♦ Criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, dentro da estrutura do Ministério da Justiça.	♦ As praças da Polícia Militar de Minas Gerais iniciam uma greve que se propaga por outros estados brasileiros.
1999	♦ O Decreto de 01/06/1999 cria o Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia	♦ Fernando Henrique é reeleito presidente da república pelo voto direto.
2001	♦ O Governo Federal cria o Plano Nacional de Segurança Pública	

Fonte: MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das Polícias Militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Rev. Security and defense studies Review**, vol. 1, 2001.